

A liberdade religiosa tem uma centralidade muito grande na sociedade brasileira. Não é à toa, portanto, que o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), que versa sobre os direitos fundamentais, dedica-lhe três incisos, de modo a dar-lhe ampla proteção.

Também presente nos tratados internacionais de direitos humanos mais tradicionais, a liberdade religiosa é, historicamente, uma conquista dos indivíduos contra o arbítrio do Estado e as tentativas realizadas ao longo da história de impor uma religião única a sociedades complexas.

Assim, a afirmação da pluralidade religiosa é um desdobramento da liberdade religiosa garantida a cada um e a cada uma, seja pelos tratados internacionais de direitos humanos, seja pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Apesar da proteção conferida à liberdade religiosa, tomamos conhecimento de dois recentes editais para capelão militar da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro, que apenas abarcam representantes de religiões cristãs.

Deste modo, faz-se necessário obter informações diretamente do Ministério da Defesa sobre os concursos para capelão militar, bem como sobre os capelães militares selecionados em outros certames, de modo a compreender em que medida esses concursos estão de acordo com a liberdade religiosa consagrada no art. 5º, incisos VI, VII e VIII da CRFB.

Sala das Sessões, 30/05/2023.

Pastor Henrique Vieira
Deputado Federal





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pastor Henrique Vieira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235774127800>



Apresentação: CD 235774127800 - Medida

RIC n.1588/2023